

# A regulação do vinho do Porto: de Pombal aos primórdios do Liberalismo

Marc Jacquinet

Encontro XXVIII da APHES - Universidade do Minho, Guimarães, Novembro de 2008

---

Universidade Aberta, [mjacquinet@univ-ab.pt](mailto:mjacquinet@univ-ab.pt)

## Resumo:

O estudo que se apresenta incide sobre a problemática da evolução da regulação do sector do vinho do Porto - sua produção, transporte, comércio e consumo -, no período compreendido entre o "consulado" pombalino e o advento do Liberalismo. Pela extensão mesma do processo económico em causa, tal reflexão pretende abranger uma amplitude geográfica que em muito extravasa o Porto e o Douro para abraçar a capital da metrópole e se lançar sobre o Brasil e o Reino Unido.

Em dois principais momentos se escora a abordagem seguida: assim, a uma primeira parte, em que é avançado um quadro de análise teórica, segue-se a apresentação de uma grelha de leitura que enquadra, em termos específicos, os elementos resultantes de uma investigação original baseada, em grande parte, em material de natureza arquivístico-documental.

O aprofundamento da questão da regulação convoca, como elemento fulcral, o conceito de continuum de regulação, cuja concretização se caracteriza pelo carácter variável de cada um dos seus vectores e componentes. De tal conceito, interessa reflectir sobre cada uma das suas escalas: uma primeira, que vai da produção ao consumo, e a segunda, que mede a intensidade de cada regulação. Na base do conceito de continuum de regulação, ressaltam ainda conceitos como o de princípio de impureza (operacionalizado por uma análise de lógica imprecisa, ou *fuzzy logic*), o de nexó legal e económico e o de sistema de ordem.

A segunda parte do trabalho constitui, essencialmente, uma análise dos diferentes aspectos da regulação da produção, transporte, comércio e consumo do vinho do Porto (e vinho do Douro, dado as variedades de espécies de vinho que as fontes contemplam). Tentar-se-á explicar as grandes transformações que determinam ou influem na produção vinícola num período de mudanças sociais, económicas e políticas na Europa e, em particular, em Portugal. Dentro de tal período, emerge a constituição e consolidação do sistema pombalino, as alterações aportadas no reinado mariano, o tempo das invasões francesas e o período posterior a estas, em que, com o advento do liberalismo, tem lugar

a difícil consolidação do sector do vinho do Porto. Destaca-se, por último, o papel dos vários agentes envolvidos: de lavradores a negociantes e comerciantes, do poder central ao poder local. Com algumas vias e sugestões para investigação futura se porá termo ao estudo apresentado.

## Introdução

O estudo que se apresenta incide sobre a problemática da evolução da regulação do sector do vinho do Porto - sua produção, transporte, comércio e consumo -, no período compreendido entre o "consulado" pombalino e o advento do Liberalismo. Pela extensão mesma do processo económico em causa, tal reflexão pretende abranger uma amplitude geográfica que em muito extravasa o Porto e o Douro para abraçar a capital da metrópole e se lançar sobre o Brasil e o Reino Unido.

Em dois principais momentos se escora a abordagem seguida: assim, a uma primeira parte, em que é avançado um quadro de análise teórica, segue-se a apresentação de uma grelha de leitura que enquadra, em termos específicos, os elementos resultantes de uma investigação original baseada, em grande parte, em material de natureza arquivístico-documental.

O aprofundamento da questão da regulação convoca, como elemento fulcral, o conceito de continuum de regulação, cuja concretização se caracteriza pelo carácter variável de cada um dos seus vectores e componentes. De tal conceito, interessa reflectir sobre cada uma das suas escalas: uma primeira, que vai da produção ao consumo, e a segunda, que mede a intensidade de cada regulação. Na base do conceito de continuum de regulação, ressaltam ainda conceitos como o de princípio de impureza (operacionalizado por uma análise de lógica imprecisa, ou *fuzzy logic*), o de nexos legal e económico e o de sistema de ordem.

A segunda parte do trabalho constitui, essencialmente, uma análise dos diferentes aspectos da regulação da produção, transporte, comércio e consumo do vinho do Porto (e vinho do Douro, dado as variedades de espécies de vinho que as fontes contemplam).

Tentar-se-á explicar as grandes transformações que determinam ou influem na produção vinícola num período de mudanças sociais, económicas e políticas na Europa e, em particular, em Portugal. Dentro de tal período, emerge a constituição e consolidação do sistema pombalino, as alterações aportadas no reinado mariano, o tempo das invasões francesas e o período posterior a estas, em que, com o advento do liberalismo, tem lugar a difícil consolidação do sector do vinho do Porto. Destaca-se, por último, o papel dos vários agentes envolvidos: de lavradores a negociantes e comerciantes, do poder central ao poder local. Com algumas vias e sugestões para investigação futura se porá termo ao estudo apresentado.

Regulação socioeconómica: Uma abordagem teórica

Poderia ter chamado a presente secção por "teoria da regulação", mas teria sugerido uma confusão com a *théorie de la régulation* ou teoria francesa da regulação com figuras como Michel Aglietta e Robert Boyer (Aglietta 1997, Boyer 2003, 2004, Boyer and Saillard 2002) que estudaram a regulação num sentido mais lato do que é entendido na ciência económica mas que se aplica ao sector industrial contemporâneo e ao enquadramento da relação laboral, mas isto em contextos muito distintos do que estamos a estudar aqui.

A regulação (económica) pode definir-se como a utilização de instrumentos e normas de política económica, industrial e social, concebidos em termos amplos, para regular ou garantir ordem numa determinada actividade produtiva e cujas fronteiras são mais ou menos nítidas. E isto mesmo, o caso do vinho do Porto. O controlo pode ser exercido directamente por um governo ou uma entidade intermediária, o que hoje é chamado agência de regulação e, no nosso caso, *mutatis mutandis*, a Companhia Geral da Agricultura e das Vinhas do Alto Douro (CGAVAD) é uma agência de regulação.

Podemos conceber a regulação como um modo de enquadrar as relações económicas entre agentes num determinado sector económico o espaço de intercâmbio. Deste modo,

a regulação pode ser mais ou menos intensa, mais ou menos produtora de normas que constroem e potenciam os actores; neste sentido a regulação é concebida como um continuum, ou seja um campo de possibilidades de regulação. O conceito de continuum de regulação não é um conceito difícil de entender e permite uma análise formal dos processos de regulação e da sua evolução num largo espectro de variados casos. Basearei este conceito na lógica imprecisa da teoria dos conjuntos fluidos (fuzzy sets theory).

xxx espaço/champs-campo

Um outro aspecto que vale a pena salientar é o da literatura sobre empreendedorismo. Há dois aspectos a salientar. Em primeiro lugar, que o interesse pelo empreendedorismo é recente nas ciências sociais e na economia em particular, especialmente na teoria microeconómica (Barreto 1989). Em segundo lugar, a literatura sobre o tema, dominada pela contribuição e pela posição da ciência económica, carecendo outras perspectivas, nomeadamente a história, é muito menos homogénea do que se poderia imaginar e, apesar das declarações em sentido contrário, as controvérsias são recorrentes.

Embora haja referências do empreendedor na Encyclopédie de Diderot e d'Alembert e um primeiro tratamento por Richard Cantillon, no seu Essai Sur la Nature du Commerce en Général de 1734, só três economistas importantes deram contributos marcantes ou "clássicos" antes da Segunda Guerra Mundial: Werner Sombart com o conceito de "empreendedor" (Sombart 2002), Joseph Schumpeter, recuperando a ideia de empreendedor de Sombart e desenvolvendo a noção de "destruição criadora" (Schumpeter 1911, 1927, 1928, 1934) e Frank Knight com a distinção entre risco e incerteza (Knight 1921).<sup>2</sup>

O Sistema do vinho do Porto e a emergência e consolidação da regulação pombalina

O Marquês de Pombal seguiu uma política económica distinta dos seus predecessores, com inovações patentes em sectores como as relações económicas com o Brasil, nomeadamente através das Companhias Gerais de comércio e no sector do vinho do Porto (CGVAD). Uma das primeiras intervenções do ainda não Marquês de Pombal foi a política de reconstrução de Lisboa em que há um conjunto de medidas que regulam a economia da capital na década de 1755 a 1766 (Cardoso 2007).

#### Decadência do sistema pombalino e advento do liberalismo

Com a queda de Pombal e o advento do liberalismo, a CGVAD e o sistema regulatório posto em prática no setor do vinho do Porto abre fissuras que caracterizam a história do Alto Douro até quase finais do século XIX.

---

#### Bibliografia

- Aglietta, Michel (1997): *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Odile Jacob
- Boyer, Robert (2003): "Les institutions dans la théorie de la régulation," Document de travail, n° 2003 - 08, pp.
- Boyer, Robert (2004): "New growth regimes, but still institutional diversity," *Socioeconomic Rev*, 2 (1), January 1, 2004, pp. 1-32.
- Boyer, Robert and Yves Saillard (2002): *Regulation Theory: The State of the Art*. London: Routledge
- Cardoso, José Luís (2007): "Pombal, o terramoto e a política de regulação económica," in *O terramoto de 1755. Impactos históricos*, ed. by A. C. Araújo, et al. Lisboa: Livros Horizonte, 165-81.
- Knight, Frank (1921) *Risk, Uncertainty and Profit*. Boston: Houghton Mifflin
- LeRoy, S. F., & Singell, L. D. (1987). Knight on Risk and Uncertainty. *Journal of Political Economy*, 95(2), 394–406. <http://www.jstor.org/stable/1832078>